

RECURSO ESPECIAL Nº 1.789.602 - SP (2018/0345044-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
RECORRENTE : GAFISA SPE-81 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO : THIAGO MAHFUZ VEZZI E OUTRO(S) - SP228213
RECORRIDO : VITTA CONDOMINIO CLUBE
ADVOGADOS : VIVIANE DIAS BARBOZA RAPUCCI - SP213344
BRENO CAETANO PINHEIRO - SP222129
HENRIQUE SALIM - SP243005
FRANCIELE APARECIDA GURGEL - SP372889
JOEL ADÃO DA SILVA - SP385622
MARIANA MARTINS ROSÁRIO E OUTRO(S) - SP407352
THIAGO PENTEADO SILVA - SP411554

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, apresentado por GAFISA SPE-81 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, com fulcro no art. 105, inciso III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de GAFISA SPE-81 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, a petição de recurso especial foi protocolada, na origem, sem a guia de recolhimento das custas devidas ao STJ, apesar de presente o comprovante de pagamento.

A propósito, este Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que os recursos interpostos para esta Corte Superior devem estar acompanhados das guias de recolhimento devidamente preenchidas, além dos respectivos comprovantes de pagamento, ambos de forma visível e legível, sob pena de deserção.

Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1132940/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/08/2018; AgInt no AREsp 1207816/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/06/2018; e AgRg

no AREsp 794.865/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 08/08/2018.

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade no recolhimento do preparo, eis que não obstante intimação na origem, apesar da manifestação da parte, em razão de equívoco na fundamentação do despacho, a parte apresentou tão-somente a guia do comprovante anteriormente apresentado.

Conforme teor do despacho à fl. 406, o tribunal de origem deveria ter intimado a parte para efetuar o recolhimento em dobro, nos termos do art. 1007, § 4º, do CPC.

Sendo assim, determinou-se a intimação da parte recorrente, nos termos do § 2º c/c o § 4º do art. 1.007 do Código de Processo Civil, para, sanar, no prazo de cinco dias, o vício apontado, complementando o recolhimento, sob pena de não conhecimento do recurso.

A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, formulou pedido de reconsideração às fls. 409/411, sem a devida regularização, o qual foi indeferido à fl. 414.

Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado. Assim, incide na espécie o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente